



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 005/13

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO** do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 - (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às **13:30 hs** do dia **16/07/2013** no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 - Centro , onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais para execução de pavimentação e sistema de escoamento pluvial na Rua Ana Pernigotti- Cassino / Bolaxa entre a Estrada ERS 734 e o Pontilhão de Concreto conforme Modelo de Proposta e Especificações em anexo.

1.2. Todas as despesas decorrentes de fretes, impostos e taxas, correrão por conta da licitante vencedora, sem ônus para este Município.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Tomada de Preço, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos Descentralizados.

2.2.4. Reunidas em consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

2.2.6. Sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termo de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 - Centro, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: TOMADA DE PREÇO Nº 005/13
AQUISIÇÃO DE UNISTEIN, MEIO FIO E MEIO FIO BOCA DE LOBO
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: TOMADA DE PREÇO Nº 005/13.
AQUISIÇÃO DE UNISTEIN, MEIO FIO E MEIO FIO BOCA DE LOBO
PROPOSTA DE PREÇO.
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Obs: A empresa participante deverá ter suas notas fiscais emitidas com o CNPJ igual ao apresentado na documentação e proposta encaminhados para o processo licitatório.

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL

4.2.1. Certidão de Inexistência de Débito para com o Sistema de Seguridade Social (CND);

4.2.2. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

4.2.3. Prova de Regularidade (quitação) com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, na jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante;

4.2.4. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.2.5. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso se tratar de ME ou EPP.

4.2.6. Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 4.2.5, a empresa não ficará desclassificada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta

4.4. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

4.5. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.5.1. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme Item 4.5., terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa(Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 Art 43, § 1º e § 2º)

4.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.5.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação (Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 Art 43, § 1º e § 2º)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

4.6. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia **a ser autenticada** pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário designado pela Gerência de Compras mediante a apresentação do documento original.

4.6.1. Estão isentos da exigência contida neste item (4.6) os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.6. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o valor unitário e total, por item, em moeda corrente nacional em algarismos, datilografada ou digitada em papel timbrado, não podendo ser manuscrita, nem conter emendas ou rasuras, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado.

5.1.1. O proponente poderá também fazer uso do **Modelo de Proposta** sugerido no Anexo II deste Edital.

5.1.2. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço unitário e total até, no máximo, 02 (dois) algarismos após a vírgula. O preço total deverá ser a exata multiplicação do valor unitário pela quantidade não sendo aceitos arredondamentos de valores.

5.1.3. Laudos Técnicos dos **materiais** solicitados, elaborado por um laboratório de instituição pública de âmbito federal, ou CIENTEC, comprovando atendimento da NBR 9781, sendo que os laudos não poderão ter sua emissão superior a 90 (noventa) dias.

5.1.4.. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

5.1.5. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexecutáveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até às **13;30** hs do dia **16 de julho de 2013**, na Central de Compras, à rua Marechal Floriano Peixoto, 458 - Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A **abertura** das propostas será realizada às **14:00hs** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

6.2.4. Se todas as empresas forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.5. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.6. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos do Rio Grande, mediante o pagamento do preço público, visando sua juntada ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

A Tomada de Preço será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. A Comissão Julgadora irá analisar o menor valor cotado por item referente. Entenda-se por menor valor o resultado da multiplicação da quantidade pelo preço unitário proposto para o item.

6.3.5. Toda a documentação e proposta deverão ser apresentadas à época pertinente, ordenada a forma deste Edital.

6.3.6. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

6.4. DO DESEMPATE

6.4.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP..

6.4.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada será comunicada via contato telefônico pela Comissão Julgadora do certame sobre o empate, e poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora. Será solicitado na ocasião um termo de intenção de desempate via fax ou e-mail já com os novos valores a serem ofertados.

b) A ME ou EPP beneficiada pelo regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/2006, descrito na alínea (a), terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar nova proposta em papel timbrado, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita, nem conter rasuras ou entrelinhas, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. O não cumprimento deste Item pode acarretar a desclassificação.

6.4.3. No caso de empate dos valores apresentados pelas MES e EPPs que se encontrem enquadradas no Item 6.4.1., será realizado sorteio, em ato público entre elas para definir aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

6.4.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação dos documentos de habilitação.

6.4.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não for o caso de utilização da preferência do item 6.4.1., a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes envolvidas serão comunicadas.

6.4.6. A ME ou EPP só poderá fazer uso do regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/06 se previamente habilitada como tal na fase de HABILITAÇÃO.

6.5. DA HOMOLOGAÇÃO

6.5.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço por item**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 5.1.4., sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.5.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

8. DAS CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS

8.1. As características dos materiais são as constantes no Anexo II – Memorial Descritivo de Materiais

8.3. Para garantir o cumprimento destas normas no que se refere a qualidade do concreto usado, a firma deverá apresentar uma certidão periódica do DIPOI ou do CIENTEC, sobre as qualidades exigidas.

8.3.1. Se o material entregue não estiver dentro das especificações, será submetido a testes, sendo as despesas dos ensaios a cargo da empresa vencedora.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

9. DAS ENTREGAS E DO CONTRATO

9.1. A entrega será efetuada em parcela única em endereço a ser acordado com a Secretaria de Município de Infra Estrutura, até 15 dias úteis após a assinatura do contrato.

9.1.1. Secretaria de Município de Infra Estrutura - Rua Altamir de Lacerda Nascimento nº 930, Bairro Hidráulica, Tel; (53) 3233.6066.

9.2. O(s) Contrato(s) resultantes do presente Processo Licitatório terá(ão) vigência até 31 de dezembro de 2013.

10. DO PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os pagamentos dos itens da proposta serão efetuados em até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da Fatura, irrecorríveis.

10.2. As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão a conta da seguinte dotação:

Secretaria de Município de Infra Estrutura
05.02.15.451.0105.1207 – Pavimentação, Recalçamento, Asfaltamento, e
Ensaibramento de Vias Públicas
4.4.9.0.51.00.00.00.00. – Obras e Instalações – Código reduzido 1374

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente Edital deverá ser retirado e ou solicitado na Gerência de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 – Centro, Nesta.

11.1.1 Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:
Anexo I – Modelo de Proposta

Anexo II – Memorial Descritivo de Materiais

Anexo III – Minuta de Contrato

11.2 As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na Central de Compras (3233-8417 ou 3231-1162) até 24 horas imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

11.3 Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, devendo verificar as condições atuais e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

11.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

11.5. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 13 de junho de 2013.

Jeferson Alonso dos Santos
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos